



CMDUH

## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

As 15:00 horas do dia 30 de Maio de 2019, no Plenarinho da Câmara Municipal de Mauá, Avenida João Ramalho, 305, Vila Noêmia, Mauá/SP, reuniram-se os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e convidados, conforme listas de presença em anexo, com o objetivo de deliberar acerca das seguintes pautas: 1) Informes Gerais; 2) Leitura e aprovação da ata anterior; 3) Deliberar sobre as alterações da Lei Nº 4.280/2007; 4) Deliberar sobre organização da demanda habitacional do municipal. O senhor presidente interino do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Alvarino Lemes, assumiu a presidência dos trabalhos, tendo na oportunidade designado a mim, Jovenildo Lopes Soares, para secretariar a reunião. Em seguida, o senhor presidente interino agradece os presentes e inicia esta reunião extraordinária solicitando que os convidados se apresentem. Em concordância, Débora se apresenta como funcionária de um escritório de assessoria bancária, Tereza como servidora do Jurídico, Tatiana como engenheira civil da Secretaria de Habitação, Daniel como arquiteto da Secretaria de Habitação e Sandra Assis como pesquisadora da temática de moradia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após a apresentação o presidente dá início a primeira pauta da reunião, os informes gerais, cujo destaque é que todos busquem verificar as solicitações sobre desenvolvimento urbano e habitação realizadas para a Câmara Municipal sem passar a *priori* por esse Conselho. Dando sequência ao segundo ponto de pauta, é realizada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Sobre o terceiro item da pauta, eu discorro sobre a Lei Nº 4.280/2007, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP no Município de Mauá, e, sobre a sugestão de propostas de alterações, que são elas: alteração de novas nomeclaturas de secretarias, desmembramento e inclusão de outras. Considerando a complexidade da proposta, eu, Jovenildo, sugiro a disponibilização do processo administrativo para que todos possam olhar minuciosamente e assim, na próxima reunião, fazermos a votação da proposta. Após a concordância de todos os presentes, passamos para o terceiro ponto da pauta, a proposta de organização da demanda habitacional do município. Então, relembramos a todos que estavam presentes na reunião anterior sobre a proposta iniciada naquele momento de criar um banco de dados para controle da demanda de habitação com lista pública que possa ser consultada pelos interessados por meios eletrônicos ativados com o número do CPF, a qual deverá conter classificação para o atendimento das demandas fechadas e abertas, obedecendo, as legislações de prioridade, avaliação socioeconômico e ordem cronológica, ficando a cargo da Secretaria de Habitação a criação, execução, detalhamento e publicação em portal da transparência do município. Aprovado por todos os conselheiros para elaboração de resolução. O senhor Carlos pede a palavra e fala que concorda em enviar a demanda para a Secretaria de Habitação e diz que deve haver um trabalho conjunto envolvendo outras Secretarias afetas. Também faz menção sobre a importância em verificar as áreas para a construção de habitações como forma de evitar as invasões, que estão crescendo na cidade. Com a palavra o senhor Rafael menciona que a problemática das invasões é em função da desestruturação da Secretaria de Habitação, que não consegue controlar o crescimento desordenado e, quando cresce não é possível disponibilizar bolsa aluguel para todos. Para ele as Secretarias precisam se unir para evitar as invasões, assim como, há a necessidade de fiscalização da disponibilização do recurso bolsa aluguel, pois muitos beneficiados invadem outros lugares e continuam recebendo. Também fala sobre o problema das invasões em área de Preservação Ambiental e de Mananciais, que, segundo ele, os invasores estão com tecnologia avançada, como topógrafos, e que, o poder público não consegue controlar. O senhor Carlos fala que o poder público deveria verificar o quanto ele perde financeiramente com essas ocupações. O senhor Alvarino fala sobre o problema das ocupações do Cerqueira Leite. O senhor Jovenildo secretariando a reunião, sugere deixar a demanda das ocupações como ponto de pauta para a próxima reunião e



CMDUH

todos concordam. Também faz a seguinte sugestão: Elaboração de um documento questionando sobre os recursos financeiros do Fundo Municipal e a propositura de alteração ou revogação da legislação referente ao Fundo. Após a apresentação dos argumentos, todos concordaram. O senhor Alvarino e a senhora Débora falam sobre o TCU e todos opinam sobre o tema. Após a discussão surge a proposta de elaboração de uma recomendação sobre impostos da HIS – TCU. Entre as propostas feitas, foi recomendado que os empreendimentos habitacionais que atenderem exclusivamente as demandas do município, por indicação da Secretaria de Habitação, fossem isentas de impostos e taxas municipais, inclusive TCU. Nada mais a ser tratado, o Presidente Interino do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação, deu por encerrada a reunião, às 16:50 horas, eu, Jovenildo Lopes Soares, Secretário lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo presidente Interino do Conselho Sr. Alvarino Lemes.

**Alvarino Lemes**  
Presidente Interino

**Jovenildo Lopes Soares**  
Secretário da Reunião